

3

Luísa Trindade

Historiadora de Arte; doutorada em História na especialidade de História de Arte pela Universidade de Coimbra; docente do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

A Malha

Fazer cidade no Portugal medieval: agentes, programa e execução

59

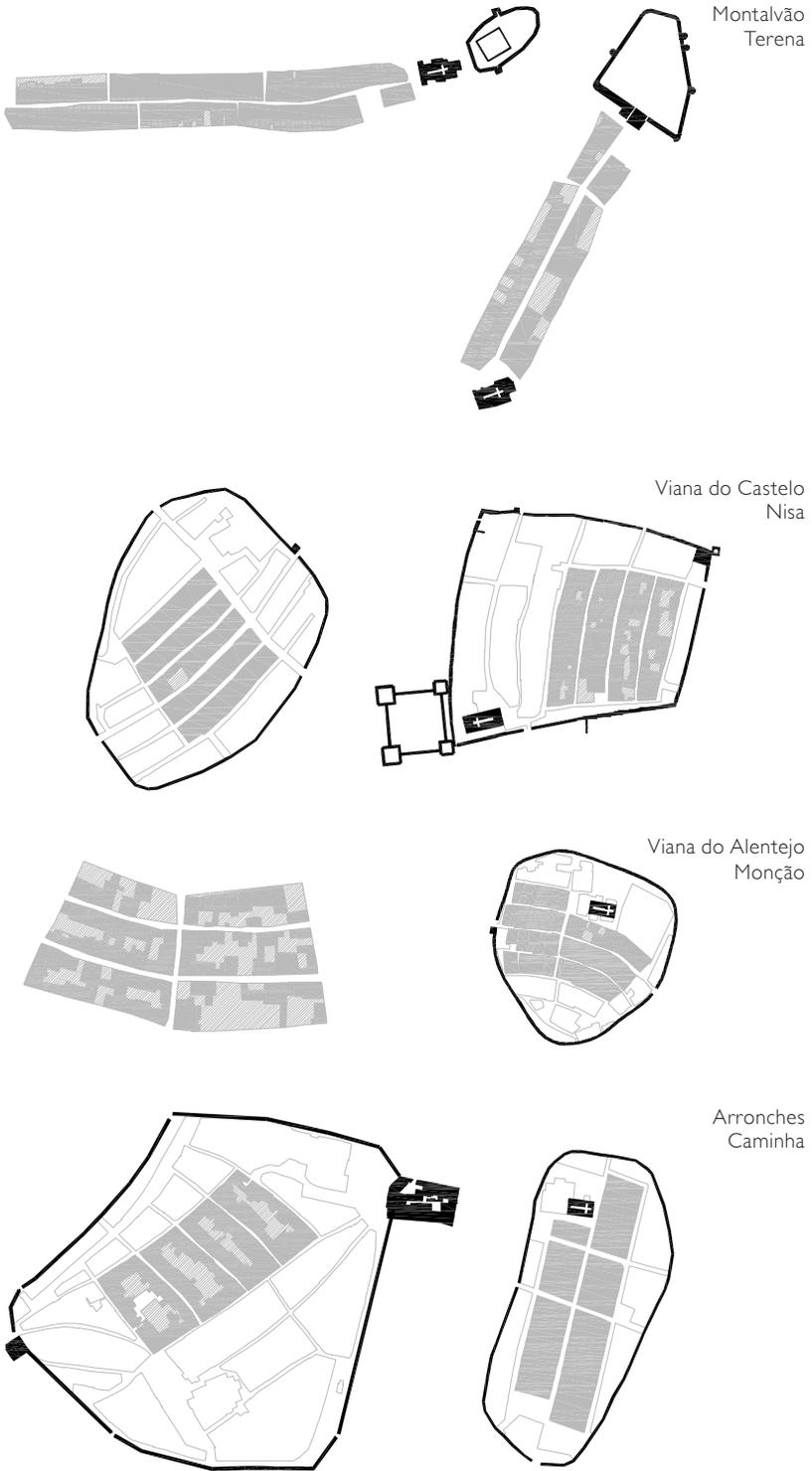
1. Introdução

O presente texto tem como objectivo principal a resposta a uma questão concreta: quais foram, no Portugal dos séculos XIII e XIV, os elementos considerados essenciais ao acto de “fazer cidade”? Identificar esse programa implicará também conhecer os responsáveis, como se processou a sua concretização no terreno e qual a forma resultante¹¹. Os protagonistas são o rei, os seus agentes e, naturalmente, um conjunto de homens-bons. O programa é mínimo mas de grande eficácia: estruturas defensivas, igreja e casario. As práticas simples, aplicadas num entendimento preciso do território e integráveis na urbanística europeia medieval. Da conjugação destes elementos resultou a urbanização em extensão do reino. A materialização no terreno de uma ideia de cidade.

Metodologicamente, esse resgate da morfogénese parte da cidade na sua expressão contemporânea; aquela que, na sua espessura histórica, incorpora, com maior ou menor grau de tangibilidade, a cidade tardo-medieval. A forma actual, resultante activa de todo o processo de evolução, converte-se por isso na primeira das fontes, que nenhum outro documento substitui, embora todos complementem.

Num processo de análise regressiva e por acareação permanente do conjunto de fontes disponível para cada caso (documentação escrita, cartografia, iconografia, fotografia, dados arqueológicos, etc.), procedeu-se gradualmente à supressão das adições e à identificação das transformações e destruições operadas no decorrer dos séculos. Limpo o ruído e anulados os “erros” que a transposição para o terreno, por regra, comporta, tornou-se possível avançar com propostas de (re)constituição da morfologia (e por ela do programa) original |fig. 3.1|.

¹¹ TRINDADE (2013).



[fig. 3.1] Tábua comparativa das vilas analisadas.
Reconstituição morfológica e elementos do programa. Escala 1:6.000.

Se é certo que qualquer núcleo urbano dessa cronologia pode encerrar as respostas às questões levantadas, a verdade é que será sempre nos núcleos de fundação que mais facilmente reconheceremos o eventual arquétipo de programa, concentrado nos elementos imprescindíveis à existência de cidade, liberto de preexistências, de práticas decorrentes de outras tradições culturais ou até mesmo de elementos eventualmente já esvaziados de sentido.

Apenas por essa razão – nitidez de leitura – a análise incidirá sobre um conjunto de vilas novas fundadas entre 1250 e 1325, durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis, já caracterizados como os “*grandes cabouqueiros e primeiros artífices do Estado Português*”^[2].

2. Enquadramento: a cidade como instrumento da política régia

Se é possível estudar o programa da cidade em Portugal no decorrer dos séculos XIII e XIV através de um conjunto alargado de cidades novas é porque nesse período a cidade se converteu num instrumento da política régia, fundamental na prossecução de dois objectivos indissociáveis: a consolidação do território e a centralização do poder.

Um tempo em que à (re)conquista pelas armas, terminada em 1249 com a queda de Faro, se seguiu uma outra conquista, agora interna, resgatando um território assimétrico e desorganizado, com zonas de povoamento quase rarefeito, lado a lado com outras onde as comunidades gozavam ainda de forte autonomia ou se sujeitavam a poderes concorrenciais.

Conhecer, delimitar, povoar e desenvolver economicamente o território foram as grandes linhas de força das medidas então tomadas. O seu volume, carácter sistemático e articulação denunciam os desígnios da coroa portuguesa, pelo que vale a pena elencar as mais significativas.

A concepção cesarista do Estado (sustentada no direito romano) e a construção de uma cada vez mais complexa máquina administrativa, indissociável da criação de uma nova nobreza de corte, zelosa e fiel ao rei, asseguraram um maior controlo do território. Porque era disso que se tratava: fazer chegar a todo o reino o mando régio, pondo “*olhos, ouvidos e mãos de rei, em todo o lado*”^[3]. Com D. Dinis, o rei não era já apenas o mais poderoso de todos os senhores mas “*o único senhor*”^[4] de um território cujos contornos urgia conhecer e definitivamente fixar.

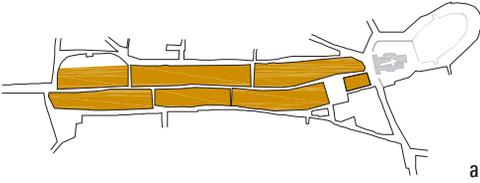
A itinerância da corte e a presença física do monarca, a multiplicação das inquirições, a actuação de funcionários régios com um poder fortalecido no domínio da escrita, são aspectos que contribuíram para o

[2] SOUSA (1993, p. 363).

[3] *Idem* p. 373.

[4] MATTOSO (1993, p. 195).

Montalvão



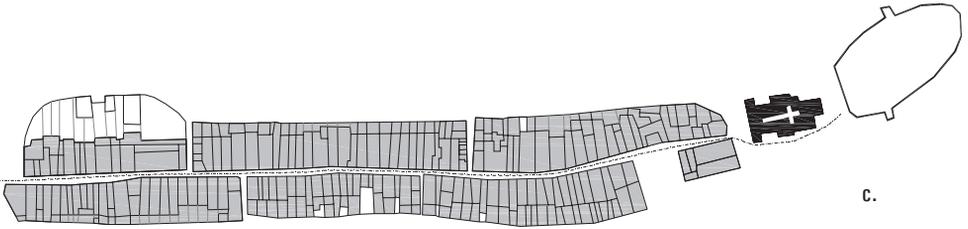
a.



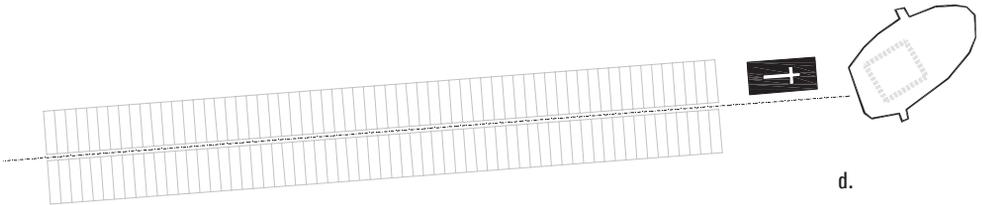
b.



62
Murb. Os Elementos Urbanos



c.



d.

| fig. 3.2 | Montalvão.

a. Traçado urbano. Escala 1:8.000.

b. Vista aérea. Escala 1:15.000.

c. Cadastro actual 1:3.500.

d. Interpretação. Escala 1:3.500.

conhecimento cada vez mais preciso do reino. Reino que construía as suas fronteiras a Leste e Norte, definindo uma identidade por oposição ao outro, processo a que não terá sido alheia a substituição do latim pela língua vulgar.

As novas linhas fronteiriças, cujas negociações diplomáticas culminariam em 1297 com a assinatura do *Tratado de Alcanizes*, foram reforçadas no terreno pela acção das equipas que com marcos e malhões demarcavam os limites do reino, mas também pela renovação e construção de fortalezas, marcos gigantescos, que asseguravam a integridade do reino. Simultaneamente, a criação de uma marinha nacional libertava o litoral da pirataria sarracena, conquistando-o para as actividades primárias e comerciais.

Ao mesmo tempo que várias medidas incrementavam o comércio externo consolidava-se um espaço de comércio interno potenciando a troca de mercadorias, quer pelo intenso melhoramento de caminhos e construção de pontes, quer pela instituição de uma densa rede de feiras.

Mas a posse efectiva do território passava sobretudo pelo estabelecimento de comunidades organizadas que reconhecessem no rei o seu senhor e no espaço habitado uma parte do reino. Directamente sob a alçada do monarca, as cidades constituíram uma rede de pólos ordenadores, potenciando o enquadramento político, jurídico, económico, social e cultural das populações. Nelas maturou e a partir delas se estendeu a uniformidade da língua e da escrita, das leis, dos usos e costumes, dos símbolos, do mando régio.

A cidade converteu-se num instrumento político fundamental: reorganizada e desenvolvida onde existia, criada ou recriada onde (quase) desaparecera ou simplesmente nunca vingara⁵¹. Comprovando o ritmo inédito de tal acção ficou-nos o volume de cartas de foral então outorgadas, os muitos topónimos de Vila Nova, Real, Franca, Boa e Segura e, sobretudo, as matrizes regulares até hoje impressas no terreno. Estas últimas, mais do que qualquer documento escrito, encerram as pistas capazes de clarificar o que foi o processo de fundação, uma prática organizada e consolidada na rotina. Só assim se poderia erguer num tão curto espaço de tempo o conjunto de núcleos urbanos em causa.

3. O processo de fundação

Independentemente do tempo e do espaço, um processo de fundação urbana surge, por regra, associado a um conjunto de vectores essenciais e interligados: um poder forte e actuante (monarca, nobre, ordem religiosa e militar ou concelho) que detém a posse do território a povoar e lidera a iniciativa, recrutando a população, distribuindo as parcelas/ terras pelos colonos, definindo um tempo curto para a ocupação, repartindo obrigações, instituindo os direitos e deveres entre as partes. Quando todos estes vectores se

⁵¹ 43 das 80 cartas de foral outorgadas por D. Dinis respeitavam o Norte interior, uma das zonas mais despovoadas do reino.

associam, a resultante formal tende naturalmente para a regularidade, fruto da imposição de um padrão ou regra que o promotor sobrepõe à soma das vontades individuais, um processo normalmente designado por *top-down*.

No que toca ao caso português e concretamente na cronologia aqui definida, Vila Real (de Trás-os-Montes) pode funcionar como perfil-tipo. Através dos seus três forais^[6] consecutivos (D. Afonso III em 1272 e D. Dinis em 1289 e 1293) tornam-se particularmente visíveis os vectores enunciados. O poder forte, neste caso, o rei, aqui com expressão no próprio baptismo da *Vila Real*. A ele cabe a liderança e a definição da estratégia, desde logo a escolha do local a povoar “*porque era o logar mays convehavil pera sse fazer hy forteleza*” ainda que nisso seja assistido “*per conselho dos prelados e dos homes bõons dos meus Reynos e de mha Corte*”.

A actuação no terreno concretiza-se através dos seus próprios homens, os “*povoadores del rei*”, normalmente assistidos por escrivães e homens-bons: em Vila Real estiveram Rui Gonçalves, comendador de Barroso, e Pero Anes, clérigo do rei. Nessa localização genérica definida superiormente compete-lhes precisar o sítio exacto, procedendo às trocas e compras necessárias à constituição da vila, mas também do seu termo, o anel de terras envolventes que assegurava a viabilidade económica do núcleo e que deveria ser contínuo e sem enclaves pertencentes a outros. Instituído o número de colonos pelo monarca, 1.000 povoadores em 1289 e 500 em 1293, cumpre a Rui Gonçalves e Pero Anes captá-los nas terras vizinhas, aliciando-os com condições atractivas durante o período de negociações. Segue-se a repartição dirigida do espaço: as quinhentas courelas “*forõ partidas e demarcadas per minha carta e per meu pobrador*”. Repartição que engloba os talhões agrícolas, no termo, e as parcelas urbanas, preferencialmente no interior da muralha: “*e con estas coyrelas auer cada homen hua casaria dentro no castelo quantos hy poderdes caber, e os outros no arrabalde*”. A concretização deverá decorrer num curto intervalo de tempo: “*e todo Pobrador de vila rreal daquel dia que começar a Pobrar ata tres anos faça casa e vinha...*”. Por último, a distribuição de tarefas e a instituição de direitos e deveres: em troca de uma renda anual, que do segundo para o terceiro foral e acompanhando o decréscimo de povoadores passa de 1.500 para 1.000 maravedis, o monarca comprometia-se a construir um muro “*logo e boo*” e a fundar a igreja sob a invocação de São Dinis.

Outros exemplos comprovam a representatividade do processo descrito para Vila Real ao mesmo tempo que o completam. Em Vila Boa de Montenegro^[7] o mando régio chega ao terreno pela mão do povoador Heitor Miguéis. Elege o local de assentamento – que se faça a vila “*na cabeça de sobre Celeiros*” –, auspiciosamente denomina o núcleo de Vila Boa, determina a construção da muralha e demarca o termo (operação normalmente feita através de padrões) dividindo as parcelas agrícolas entre “*os que morarem dentro na dicta vila*”. A par de várias isenções fiscais, fixa a renda em 3.000

[6] AZEVEDO (1899).

[7] MARREIROS (1990, p. 137-138). Veja-se também HENRIQUES (2003).

Terena

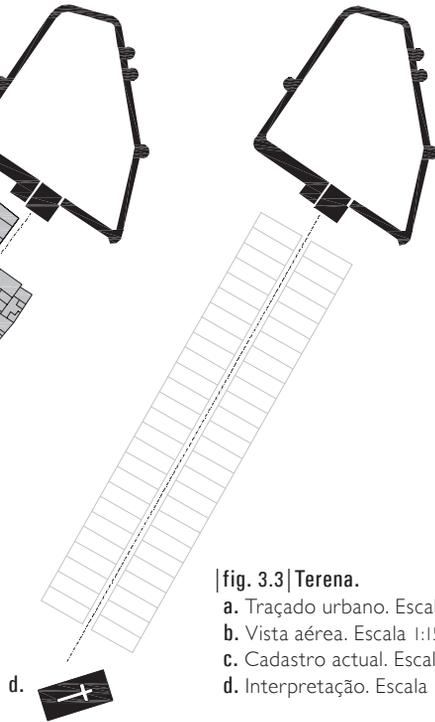
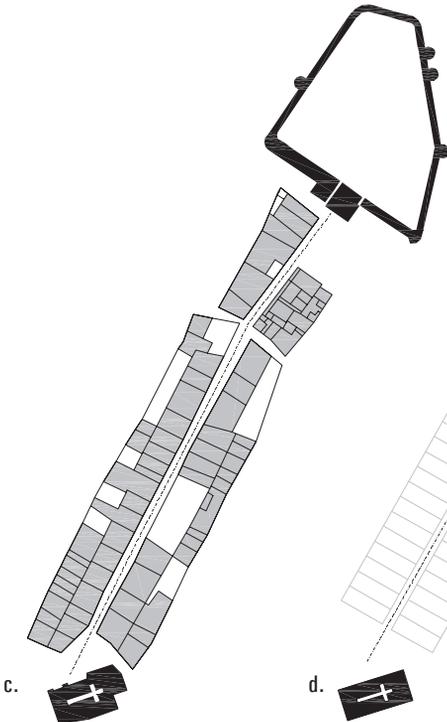
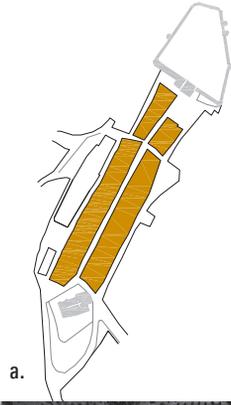
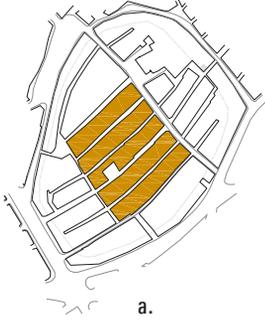
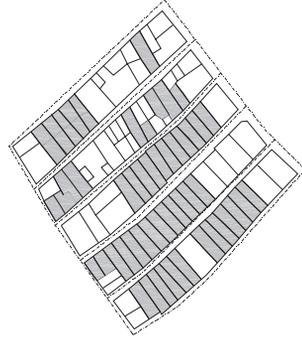
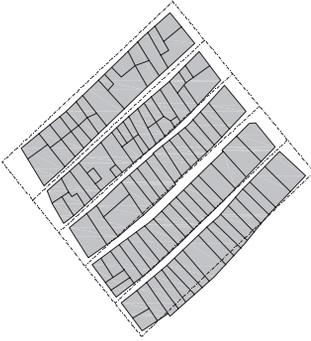


fig. 3.3 | Terena.
a. Traçado urbano. Escala 1:8.000.
b. Vista aérea. Escala 1:15.000.
c. Cadastro actual. Escala 1:3.500.
d. Interpretação. Escala 1:3.500.

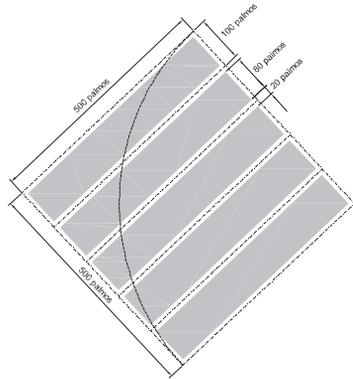
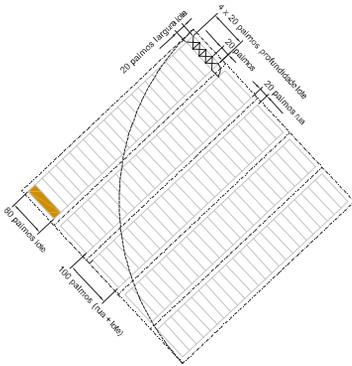
Viana do Castelo



b.



c. d.



e. f.

libras pagas anualmente. O enquadramento judicial é contemplado na forma de eleição dos juizes, reforçando-se o dinamismo económico pela instituição da feira mensal.

Negociadas as condições entre o povoador e os futuros moradores, a minuta segue para a Corte. Aprovada pelo monarca, será, com poucas alterações, o texto base para a carta de foral outorgada em 1302.

4. O programa

Os dois exemplos sumariamente reproduzidos permitem-nos, a par da análise de várias vilas e cidades onde a matriz medieval sobreviveu mais ou menos preservada, reflectir sobre o programa.

Como qualquer núcleo urbano já consolidado, a cidade de fundação constituía a resposta a três funções elementares: a defesa de corpos e bens, o apoio espiritual e as estruturas de suporte ao povoamento concentrado. Estruturas militares (castelo e/ ou cerca), igreja e um conjunto de parcelas (urbanas e rurais) determinado em função da população esperada são, por isso, os três elementos fundamentais de qualquer *vila nova*.

Da análise comparativa de vários núcleos emerge uma primeira conclusão acerca da maneira como estes três elementos se relacionam: a autonomia de cada um face ao conjunto [fig. 3.1]. Não se trata aqui de uma questão de distância, mas de uma dissociação intencional. Se isoladamente cada um dos elementos obedece a determinadas especificações, como veremos, como conjunto não decorrem de uma concepção unitária e global, onde a disposição de cada um se encontre formalmente dependente da dos outros. Simplificando, nenhuma abstracção prévia exigia uma determinada implantação de eixos viários, em cuja intersecção se localizasse obrigatoriamente a igreja ou que aqueles tivessem, no seu enfiamento e em posição simétrica, as portas da muralha. Longe disso.

Como se os homens responsáveis pelo desenhar da cidade partissem para o terreno munidos, não de uma peça desenhada, rígida e pré-concebida, mas de um programa cuja execução assentava sobre um conjunto de procedimentos rotinados. Da soma das partes, cuja articulação se fazia no entendimento concreto do terreno, resultaria a cidade.

| fig. 3.4 | Viana do Castelo.

- a. Traçado urbano. Escala 1:8.000.
- b. Vista aérea. Escala 1:15.000.
- c. Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico. Escala 1:3.500.
- d. Lotes que servem de base ao cálculo da profundidade e largura padrão. Escala 1:3.500.
- e. Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado. Escala 1:3.500.
- f. Hipótese de métrica utilizada. Escala 1:3.500.

A decisão do traçado da muralha, da escolha do local para a implantação do castelo, da igreja ou do conjunto de quarteirões, obedeceu a princípios elementares e quase empíricos, como o potencial defensivo, o aproveitamento das curvas de nível e de acidentes naturais, para a cerca; dos pontos estratégicos onde a defesa era mais fácil ou necessária, para o castelo; da orientação a nascente, para o templo; ou do alinhamento em função do caminho, da melhor exposição solar ou da facilidade de drenagem de águas, no que toca ao casario.

Vejam os três elementos um por um e a forma como, conjugados, construíram cidade.

4.1. A muralha^[8]

Por regra, todas as vilas novas foram dotadas de uma qualquer estrutura militar, muralha ou castelo, em alguns casos dos dois. Sobretudo porque muitas delas foram erguidas em zonas de fronteira, as primeiras a sofrer o embate de invasões inimigas. A promessa de construção, garantindo a protecção de homens e bens, foi muitas vezes factor decisivo na atracção de povoadores.

Dos três elementos que compunham a cidade, a construção da cerca foi de longe o que mais registos deixou: dependendo directamente do poder central, obrigou a uma intensa troca de notícias entre o rei e os seus agentes ou aquele e o concelho emergente.

Esse dirigismo fica bem patente na documentação de D. Dinis^[9]. O traçado da cerca relacionava-se directamente com a dimensão pretendida para o núcleo que, como vimos, se calculava em número de povoadores. Razão por que, em muitos casos, se estabeleceu o número de braças: 400 para Viana do Alentejo, 200 para Arraiolos e Vila Nova de Foz Côa ou 100 para Vinhais, Castrelo e Lomba.

Por questões de eficácia defensiva, determinava-se a largura (uma braça parece ser o mais comum) e altura do muro, fosse por comparação – a da Bemposta deve ser pela “*medida e pela marca de Miranda*” – ou recorrendo

[8] Sobre os vários aspectos relacionados com a muralha, mas também para a remissão para a bibliografia da especialidade, veja-se TRINDADE (2013, p. 140-163).

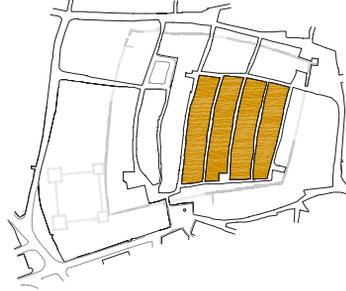
[9] O grosso dos forais aqui citados encontra-se publicado por REIS (2004).

|fig. 3.5| Nisa.

- a. Traçado urbano. Escala 1:8.000.
- b. Vista aérea. Escala 1:15.000.
- c. Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico. Escala 1:3.500.
- d. Lotes que servem de base ao cálculo da profundidade e largura padrão. Escala 1:3.500.
- e. Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado. Escala 1:3.500.
- f. Hipótese de métrica utilizada. Escala 1:3.500.



Nisa



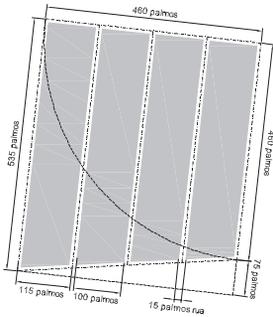
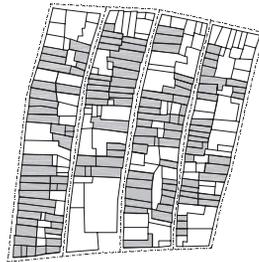
a.



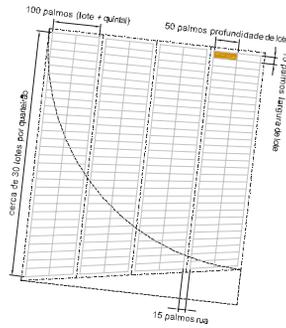
b.

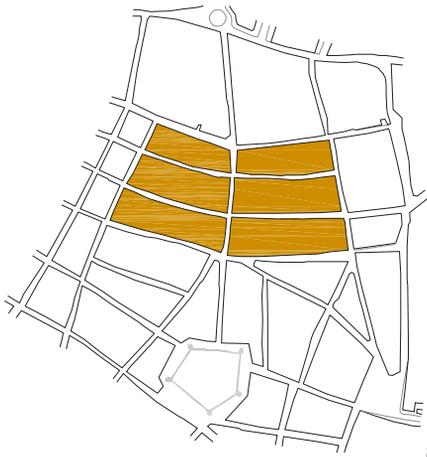


c. d.



e. f.



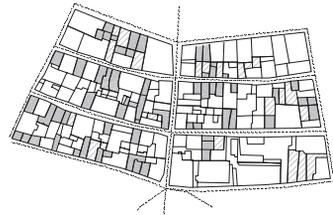
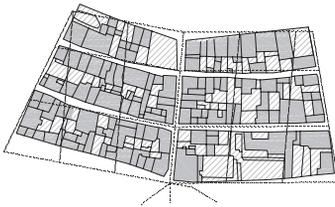


a.

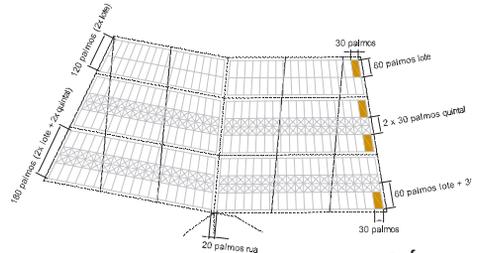
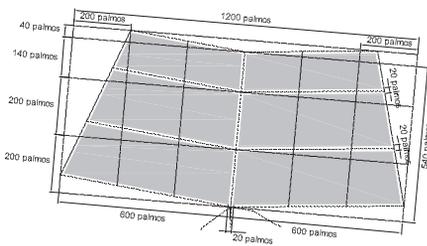
Viana do Alentejo



b.



c. d.



e. f.

[fig. 3.6] Viana do Alentejo.

a. Traçado urbano. Escala 1:8.000.

b. Vista aérea. Escala 1:15.000.

c. Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico. Escala 1:3.500.

d. Lotes que servem de base ao cálculo da profundidade e largura padrão. Escala 1:3.500.

e. Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado. Escala 1:3.500.

f. Hipótese de métrica utilizada. Escala 1:3.500.

ao padrão que resultava da soma das alturas de *“hum cavalleiro em çima de hum cavallo com huma lamça de IX côvados [para que] nom posa ferir nem dar com ella ao que estiver amtre as ameyas”*.

As portas, mais vulneráveis, foram alvo de indicações detalhadas: escolhia-se o local exacto *“devemolas a fazer aly hu he deusado”* e protegiam-se com fortes torres ou *“boons cubellos quadrados”* (Bemposta, Arraiolos ou Redondo).

Estabelecia-se um prazo para a construção (2, 5 ou 10 anos) assegurando-se o início imediato das obras e a sua finalização sem interrupções como se fez no Redondo: que *“comecem logo”, “nom aleando del maõ”*.

Por último, garantiam-se os meios financeiros necessários à edificação e partilhava-se a responsabilidade das construções: em Vila Boa de Montenegro e Torre de D. Chama a cerca seria erguida pelo concelho, o castelo pelo rei.

À excepção de umas quantas notícias sobre a necessidade de incluir no seu interior fontes e poços existentes (Viana do Alentejo e Bemposta) a documentação dos séculos XIII e XIV não vai mais longe no que estas estruturas defensivas possam ter implicado na composição do miolo urbano.

A verdade é que o facto da disposição dos diversos elementos obedecer a um conjunto de práticas lógicas e quase mecanizadas poderia tornar desnecessária a explicitação de directivas. Vejamos então o que nos dizem as restantes fontes, com destaque para a análise directa das matrizes urbanas.

Com um traçado mais vinculado às características do terreno (potenciando a defesa, o baixo custo e a facilidade de construção) do que a qualquer desejo de composição geométrica, a muralha desempenha no momento da fundação um papel de definição do perímetro, transpondo para o terreno a dimensão pretendida para o núcleo.

Todavia, apesar de constituir o primeiro dos elementos e delimitar o espaço fechado sobre o qual se actuava, nunca interagiu directamente como o tecido construído. Entre ela e o casario ficava uma faixa de terreno não edificada, fosse para garantir a eficácia das estruturas defensivas (circulação das tropas, visibilidade sobre acções de sapa e britagem, etc.), fosse como área de expansão para os povoadores *“...que am de viir”*.

No que toca aos arruamentos, a relação entre eles e a muralha estabelece-se a partir das portas. Quando o rei manda rasgá-las nos *“luguares comvinhavees”* está certamente a referir-se ao enfiamento dos melhores acessos ao núcleo, aqueles por onde mais facilmente se vencem as características naturais do terreno ou os que correm na direcção de outros núcleos vizinhos. Estes caminhos territoriais, sobretudo o principal, prolonga-se no interior da muralha atravessando a vila de ponta a ponta, constituindo a sua espinha dorsal, ligando duas portas da cerca ou uma das portas e o castelo.

É desta forma indirecta (da relação entre o muro ou as suas portas e os eixos) que em grande parte decorre a configuração da mancha formada pelo casario, já que este se estabelece preferencialmente ao longo da via principal, para a qual vira as fachadas, como veremos adiante. Uma mesma relação

formal pode estabelecer-se entre a mancha do tecido residencial e a configuração do perímetro da muralha: formando manchas compactas de quarteirões paralelos, quando o perímetro é circular, caso de Bragança, Monção ou Viana da Foz do Lima [fig. 3.4]; em fileiras longilíneas, quando o perímetro é rectangular ou ovalado. A verdade é que, também neste caso, o terreno parece ser determinante, sendo as características do local de implantação a ditar a forma da área ocupada: um cabeço circular sugere as primeiras, ao passo que um outeiro alongado inspira a segunda. As terras planas oferecem uma maior liberdade de opção, podendo a mancha ser compacta, como em Nisa [fig. 3.5], ou alongada, como se preferiu em Caminha [fig. 3.9].

4.2. A igreja

O posicionamento da igreja evidencia um sistemático desprendimento físico face a todos os restantes elementos do programa. Mesmo quando surge próxima, ou até mesmo tangencial, não interfere com o tecido edificado. Surge invariavelmente à margem da malha num posicionamento lateral ou de topo. O templo não penetra no tecido que serve e, por isso, não introduz qualquer tensão na forma urbana. Nalguns casos, em que se mantém um local de culto preexistente, nem sequer existe no espaço definido pela cerca [fig. 3.4].

Para além desta marginalidade, o seu posicionamento parece seguir dois critérios únicos: a preferência por uma posição topograficamente saliente e a observação estrita da orientação canónica. Nada denuncia qualquer intenção de coordenar o sentido da malha com o do templo.

Também não interage com a muralha. Ao invés do que se registou em várias regiões da Europa não conhecemos nenhum exemplo em território português em que o templo tenha sido incorporado no circuito militar, participando activamente na defesa do núcleo.

4.3. Malha (arruamentos e casario)

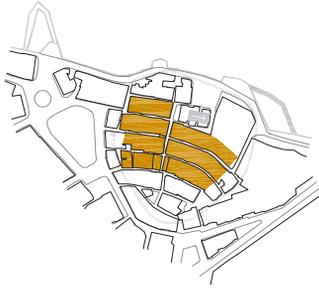
De todos os elementos primários da cidade medieval – cerca, templo e tecido residencial – o último foi, pela sua natureza plural – um conjunto de parcelas e quarteirões cujo número dependia da cifra de povoadores previstos –, aquele que obrigou ao estabelecimento de relações formais e a uma concepção global articulada. Um processo que, como os anteriores, parece ter seguido práticas simples e rotinadas.

|fig. 3.7| Monção.

- a. Traçado urbano. Escala 1:8.000.
- b. Vista aérea. Escala 1:15.000.
- c. Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico. Escala 1:3.500.
- d. Lotes que servem de base ao cálculo da profundidade e largura padrão. Escala 1:3.500.
- e. Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado. Escala 1:3.500.
- f. Hipótese de métrica utilizada. Escala 1:3.500.



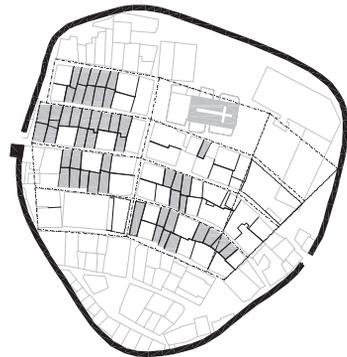
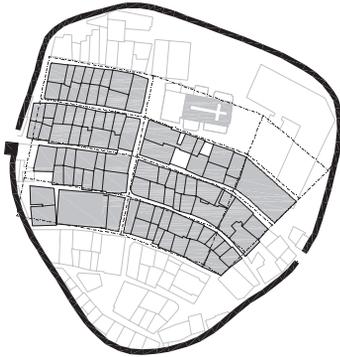
Monção



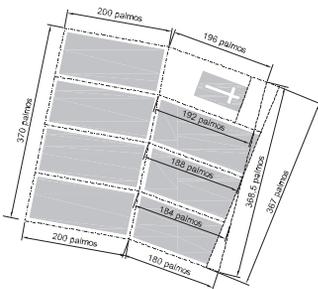
a.



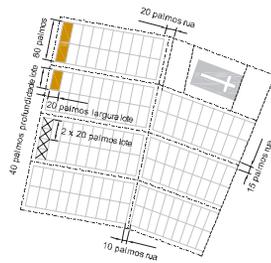
b.



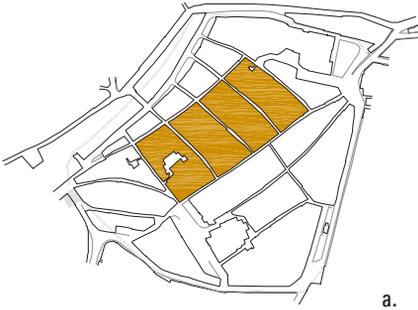
c. d.



e. f.



Arronches



a.

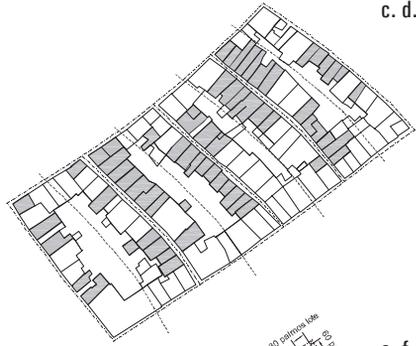
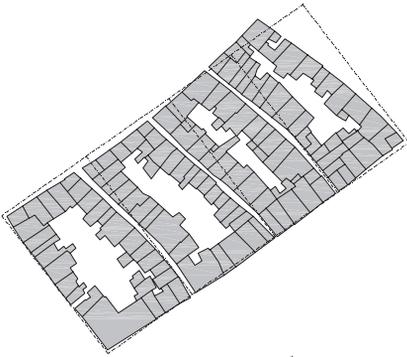


b.

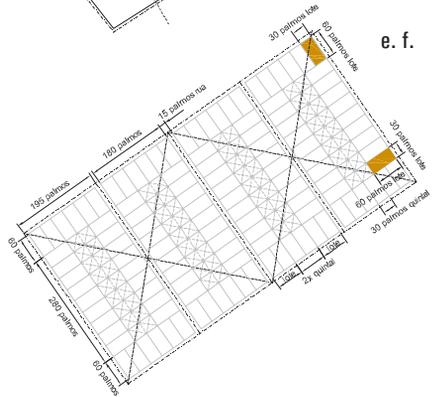
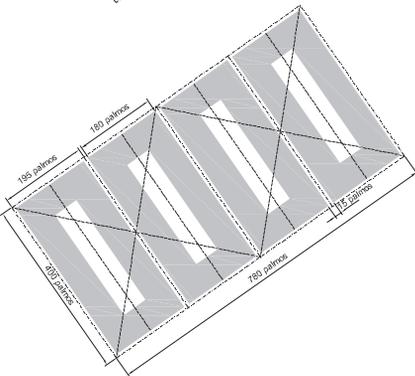


74 Murb. Os Elementos Urbanos

c. d.



e. f.



É, de resto, pelo reconhecimento desses mecanismos de actuação comuns que se torna possível identificar famílias ou séries. O critério base para tal foi o da relação gerada entre parcelas e vias, ou seja, a forma como se estruturou o tecido urbano em função da maior ou menor complexidade da rede viária. Essa relação permite isolar duas grandes famílias: a ordenação linear e a ordenação cruzada (ou em espinha de peixe).

Importa, todavia, salientar aqui dois aspectos fundamentais para a sua compreensão: a parcela e a travessa. A primeira, estreita e comprida com a casa à face, constitui o elemento base da composição. Posicionados com a fachada virada à rua, os edifícios surgem lado a lado criando fiadas mais ou menos extensas. E aqui entra o segundo dos elementos, a travessa: uma via estreita, cuja função é a de permitir a passagem¹⁰, interrompendo o alinhamento de parcelas e assim dando origem aos quarteirões. Por ser comum a qualquer das séries, a travessa não foi tida em conta na sua diferenciação e caracterização.

4.3.1. Ordenação linear

Na sua versão mais simples constitui uma rua única, bordejada de ambos os lados por “casarias”. As fachadas dos edifícios sucedem-se ao longo de um troço do caminho original, assim transformado em rua. Tem como exemplos mais elucidativos Terena [fig. 3.3], Portel e Montalvão [fig. 3.2].

Quando a maior dimensão do núcleo inviabiliza a solução de rua única, decalcada sobre o caminho prévio, formam-se outras vias paralelas. Para além da dimensão e da introdução de alguma tensão no tecido, uma vez que o trajecto preexistente verá aumentada a sua centralidade, nada muda verdadeiramente no sistema de relação dos edifícios com as vias, todas elas estruturalmente equivalentes, todas elas de acesso aos edifícios ou “casarias”. Caminha, Valença, Chaves, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Salvaterra de Magos, Monsaraz, Sines e Lagos exemplificam este esquema no decorrer do seu crescimento.

4.3.2. Ordenação cruzada ou em espinha de peixe

Aqui designada por cruzada, por coerência para com a série anterior, é comumente conhecida por espinha de peixe, termo pertinente pela correspondência formal imediata com a relação gerada entre vias e edifícios.

¹⁰ Em certos casos, quando estas ruas/ travessas têm uma largura suficiente, pode surgir uma fiada de lotes de fachada paralela à via. Nestes casos os quarteirões assumem quatro frentes. Veja-se, por exemplo, o caso de Nisa ou do ensanche de Arronches.

[fig. 3.8] Arronches.

- a. Traçado urbano. Escala 1:8.000.
- b. Vista aérea. Escala 1:15.000.
- c. Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico. Escala 1:3.500.
- d. Lotes que servem de base ao da profundidade e largura padrão. Escala 1:3.500.
- e. Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado. Escala 1:3.500.
- f. Hipótese de métrica utilizada. Escala 1:3.500.

Ao contrário da série linear, nesta o caminho original é sobretudo uma via de passagem, sendo o casario edificado ao longo de um conjunto de vias de distribuição perpendiculares àquele e equivalentes entre si. É um sistema mais complexo por originar dois níveis diferentes de vias: as de circulação e as de acesso ao grosso da mancha residencial. Pode resultar em manchas quadrangulares, rectangulares ou ovaladas, sem que tal produza qualquer alteração de natureza tipológica. Na verdade, a forma depende apenas de as vias perpendiculares ou de distribuição se restringirem a um dos lados do caminho/ eixo principal ou adquirirem uma forma simétrica ou espelhada. No primeiro caso integram-se Bragança, Tomar, Nisa ou o ensanche de Arronches [fig. 3.8] e, no segundo, Viana do Alentejo [fig. 3.6].

Ao longo do(s) eixo(s) viários agregam-se as parcelas individuais, em princípio tantas quanto o número de famílias previstas. Um melhor aproveitamento do espaço urbano e a necessidade de cada fogo dispor de contacto directo com a rua determinou a forma do lote: rectangular, estreito e mais comprido do que largo.

Virando um dos topos menores à rua, as parcelas encostam-se umas às outras, concebidas para uma edificação entre paredes meãs. A fachada principal é sempre a que confronta com a via onde, para além do acesso ao interior do imóvel, se situa a tenda ou a oficina, cuja sobrevivência depende da possibilidade de contacto directo com o transeunte. Frequentemente o fundo do lote é ocupado por um quintal usado como zona de despejos, criação de animais e cultivo, para além de constituir um ponto extra de arejamento e iluminação.

Quando se opta por várias ruas paralelas, à primeira fileira de parcelas encosta-se uma outra, que assim se dispõem costas com costas, ou seja, com a junção dos quintais [fig. 3.6]. Ao carácter densamente construído visível a partir das ruas, onde as fachadas se sucedem ininterruptamente, contrapõe-se o miolo não edificado no interior dos quarteirões. Quando não existem quintais as casas encostam directamente umas nas outras, limitando a entrada de ar e luz aos vãos rasgados na fachada principal, a única liberta de construções [fig. 3.4].

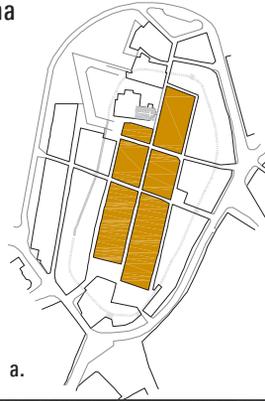
As paredes meeiras são normalmente construídas por materiais mais sólidos e constituem propriedade comum aos dois vizinhos. São, por isso, o elemento com maior disposição para a permanência e aquele que maior rigidez confere ao parcelário. Permitem, pelo seu carácter portante, apoiar o

[fig. 3.9] Caminha.

- a. Traçado urbano. Escala 1:8.000.
- b. Vista aérea. Escala 1:15.000.
- c. Adaptação progressiva do existente ao modelo teórico. Escala 1:3.500.
- d. Lotes que servem de base ao cálculo da profundidade e largura padrão. Escala 1:3.500.
- e. Reconstituição hipotética do modelo teórico utilizado. Escala 1:3.500.
- f. Hipótese de métrica utilizada. Escala 1:3.500.



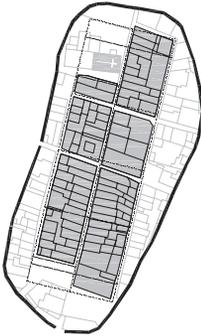
Caminha



a.



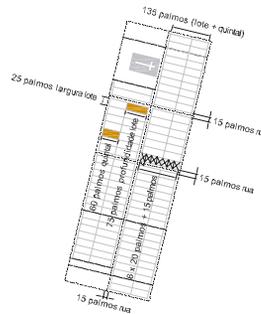
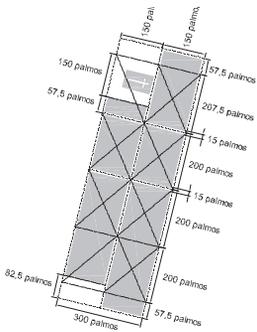
b.



c. d.



e. f.



vigamento de madeira, libertando a fachada de cargas e possibilitando a abertura de vãos. A dimensão da largura-frente da parcela é, assim, frequentemente ditada pela racionalidade do vencimento do vão pelas vigas de madeira, uma vez que a partir de cerca de seis metros não era nem é fácil (menos ainda em conta) encontrar peças. Já no sentido longitudinal nada impede que o lote se desenvolva. Por isso são frequentes parcelas três ou quatro vezes mais longas que largas. A documentação portuguesa permite, ainda que de forma indirecta, comprovar a prática de parcelamento uniforme: para Montalegre, Pero Anes, determina “partir os herdamentos da vila” por cem povoadores, pagando cada homem um maravedi^[11]. Em Chaves e Vila Real estabelece-se um foro único para todas as parcelas. Ora foros idênticos só fazem sentido quando aplicados a parcelas iguais. Aliás, esta divisão regular do espaço a edificar é comprovada em trechos significativos do cadastro actual de Viana do Foz do Lima, Monção ou Nisa [fig. 3.4, fig. 3.7 e fig. 3.5].

O que os registos escritos já não nos dizem, nem permitem sequer intuir, é a medida dos lotes, ao contrário do que acontece noutras regiões da Europa. Por isso esta questão só pode ser resolvida através da análise do cadastro actual.

A partir de vários exemplos o que pode constatar-se é a forma como a repartição das parcelas urbanas obedeceu a um dimensionamento padrão, num intervalo que vai dos 15 palmos de frente para Nisa, até aos 30 palmos de Salvaterra de Magos, passando pelos 20 de Monção e os 25 de Caminha. O lote rectangular, tanto mais alongado quanto incluir quintal de fundo (Caminha e Viana do Alentejo [fig. 3.9 e fig. 3.6]), resulta da justaposição de um módulo quadrangular formado a partir dos mesmos 15 a 30 palmos.

Como já vimos, da multiplicação das parcelas surgem os quarteirões. Efectivamente, a justaposição ou encosto lateral potencia desenvolvimentos lineares. Contudo, a necessidade de assegurar a circulação transversal obriga a interrompê-los. Desta forma as fileiras de casas erguidas ao longo dos eixos resultam em quarteirões, igualmente rectangulares, estreitos e alongados. Com um número dependente da dimensão pretendida para o núcleo, a sua organização foi já analisada a propósito das séries *linear* e *cruzada*.

Organização que se faz pela articulação entre ruas e casario. Nenhum outro elemento de qualquer natureza interfere nestas composições, facto que confere uma consistente homogeneidade ao tecido. Vimos como, pelo menos na fase de instalação, o casario se mantém a uma distância relativa da muralha. O mesmo se pode dizer quanto à igreja que, embora mais próxima, nunca penetra no interior da malha.

Acrescente-se agora a inexistência de outro tipo de equipamentos como a praça, potencial indutora de uma hierarquia espacial ao qualificar funcionalmente um determinado espaço em detrimento de outros.

[11] *Chancelarias portuguesas: D. Afonso IV*, vol. II, p. 360-363.

O carácter incipiente da vida urbana, ainda mais vincado nestas pequenas e jovens cidades fronteiriças¹²¹ é a explicação principal para tal ausência. Núcleos de vocação defensiva e agrícola, muito mais do que mercantil, característica determinante na criação de um espaço de aglutinação, preferencialmente centrado, não tinham ainda equipamentos exigentes e indutores de centralidade, como a casa da câmara que só em meados do século XIV fará a sua aparição nas cidades portuguesas.

A configuração de um tecido neutro facilitava o processo de distribuição dos lotes entre os povoadores. Morfológicamente idênticos e com uma localização igualmente (des)qualificada, todas as parcelas detinham um mesmo valor, sendo, por isso, equitativamente taxadas.

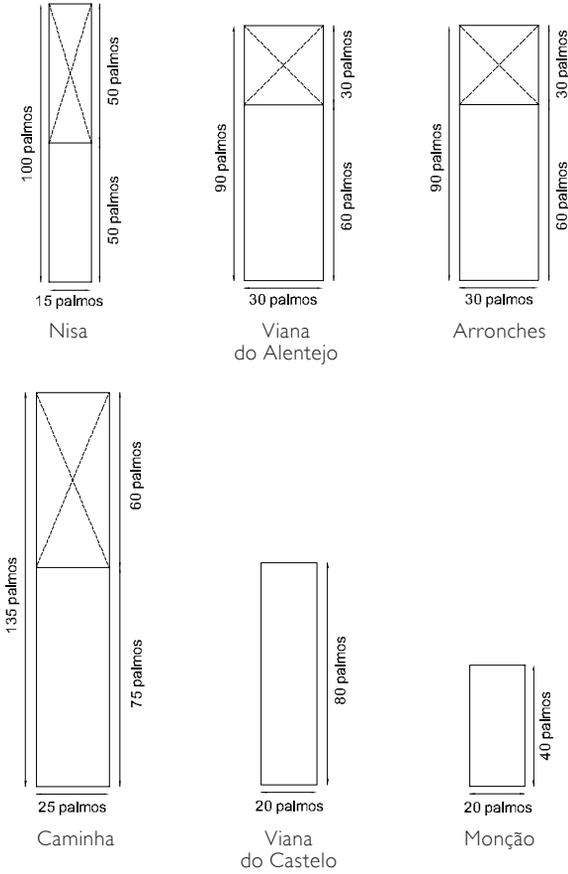
Se esta parece ter sido a prática comum, a análise formal de alguns casos permite, todavia, equacionar se o processo de composição dos diversos quarteirões entre si e destes com a rede viária não seria algo mais aprimorado, sem chegar a ser complexo.

De facto, a proporcionalidade do lote [fig. 3.10] parece estender-se à configuração dos eixos viários: em Salvaterra de Magos aos 30 palmos de frente do lote correspondem os mesmos 30 palmos da largura da rua, o mesmo se verificando para Viana do Castelo, com 20/ 20, ou para Nisa, com 15/ 15. Noutros casos, como em Arronches e Caminha, embora a secção da rua seja menor que a frente de lote, mantêm-se uma proporção directa de 15/ 30 ou 25/ 15 palmos.

Mas parece possível ir mais longe: a análise morfológica de um número reduzido de vilas, aquelas em que o cadastro original foi menos adulterado e de que Viana do Castelo [fig. 3.4] ou um bairro de Arronches [fig. 3.8] constituem bons exemplos, permite constatar como a aplicação de uma regra algébrico-geométrica extrapolou a simples relação lote/ rua para se estender ao conjunto quarteirões/ rede viária. Também Caminha e Nisa [fig. 3.9 e fig. 3.5] autorizam a identificar práticas de composição, ainda que restritas ao tecido residencial. Como os desenhos anexos permitem perceber, o tratamento dos diferentes elementos, numa escala que partindo do lote alcança o perímetro da mancha urbanizada, surge inscrito num mesmo sistema proporcional. Veja-se o caso de Viana do Castelo onde um perímetro quadrangular de 500 palmos de lado (ou 100 varas) é progressivamente dividido em cinco partes (quarteirões) iguais, por sua vez subdivididos em 25 lotes de 20 palmos cada e, para cujos cálculos, parcela e rua são contemplados em articulação.

Nada de complexo apesar de tudo. Procedimentos simples que, à vista do terreno e associados a princípios de eficácia defensiva, escolha de locais salubres, presença de água ou aproveitamento da melhor exposição solar, permitiam dispor os três principais elementos do programa, muralha, igreja e tecido residencial, sobretudo este último, o único que exigia uma

¹²¹Efectivamente – e pese embora alguns casos excepcionais como o de Vila Real onde o poder central chegou a equacionar a cifra de 1.000 povoadores, de resto logo reduzida para metade – o número de 100 povoadores/ famílias parece ter sido a média em Portugal, correspondendo a núcleos de 450 a 500 habitantes.



[fig. 3.10] Tábuas comparativas de lotes.

efectiva composição, mesmo que elementar. Procedimentos rotinados em que o estabelecimento de linhas e ângulos rectos, proporções algébrico-geométricas de 1:2 ou o rebatimento da diagonal de um quadrado ($1 \times \sqrt{2}$), respondiam, na prática, à maior parte das necessidades. A sua fácil execução exigia, no limite, uma só corda e uma só dimensão padrão. E por isso ao alcance de qualquer povoador, por superficial que fosse a sua formação específica em matérias de Geometria.

Identificado o programa-base, os vários intervenientes e etapas bem como a resultante formal, sublinham-se duas últimas ideias:

A. A inclusão do caso português na cultura urbanística Europeia da época verificando-se uma evidente proximidade processual e formal com o que se passou em muitas outras regiões europeias e particularmente no mundo peninsular. Mais do que qualquer singularidade formal, o meio e as circunstâncias portuguesas determinaram a pequena escala dos núcleos, a dificuldade em concretizá-los como inicialmente previsto e, sobretudo, no prazo estipulado, obrigando em diversas situações ao abandono dos projectos mais ambiciosos.

Em suma, uma urbanidade modesta que não nos é específica, mas sim ofuscada por um punhado de casos celebrados pelos compêndios de maior circulação, que naturalmente procuram exemplos de maior legibilidade e excepção, ignorando assim o que é corrente.

B. A continuidade e apuramento das práticas descritas, usadas nos séculos seguintes em ensanches de cidades “velhas”, mas também exportadas para terras novas, recém descobertas e conquistadas, fenómeno especialmente evidente na Madeira e Açores.

Bibliografia

ANDRADE, Amélia Aguiar – *A construção medieval do território*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

AZEVEDO, João Ayres – *Origens de Villa Real, O Instituto*, Vol. VIII, p. 562-564, vol. X, p. 824-827 e vol. XI, p. 943-947. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899.

BETRAN ABADÍA, Ramón – *La Forma de la ciudad. Las ciudades de Aragón en la Edad Media*. Zaragoza: Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón, 1992.

GASPAR, Jorge – “A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média”, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 8. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969.

GOMES, Paulo Dordio – *Arqueologia das Vilas urbanas de Trás os Montes e Alto Douro, a reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*, Porto: FLUP, 1993 (texto policopiado).

HENRIQUES, António de Castro – *O rei e a Terra do Barroso: montanha, periferia e poder régio séculos (XII-XIV)*, tese de mestrado. Lisboa: FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2003 (texto policopiado).

LAVIGNE, Cédric - “Assigner et fiscaliser les terres au Moyen Âge. Trois exemples”, *Études rurales*, 175-176. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006.

LILLEY, Keith - “Taking measures across the urban landscape: aspects of urban design before the Renaissance”, *Urban Morphology*, Journal of the International Seminar on Urban Form, ed. Jeremy Whitehand, 2 (2). Birmingham: University of Birmingham, 1998.

MARREIROS, Maria Rosa – *Propriedade fundiária e rendas da coroa no reinado de D. Dinis. Guimarães*, dissertação de doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990 (texto policopiado).

MATTOSO, José – “A sociedade feudal e senhorial” in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, vol. II, A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

REIS, António Matos – *Os concelhos na primeira dinastia à luz dos forais e de outros documentos da chancelaria régia*, dissertação de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004 (texto policopiado).

ROSSA, Walter – “Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico”, *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002.

SOUSA, Armindo de – “1325-1480: Condicionismos básicos” in MATTOSO, J. (dir.) – *História de Portugal*, vol. II, A monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida – *O urbanismo português: séculos XIII a XVIII*, Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013.

“VILLAS nuevas medievales del Suroeste europeo (Las). De la fundación medieval al siglo XXI. Análisis histórico y lectura contemporánea”, Atas de las Jornadas Interregionales de Hondarribia. *Arkeolan Boletín* 14, Irun: Centro de Estudios e Investigaciones Histórico-Arqueológicas, 2006.